Rádio Mulher: Gênero e resistência nas ondas da Comunicação Comunitária[1]

Ana Maria da Conceição Veloso[2]
Fabíola Mendonça de Vasconcelos[3]
Laís Cristine Ferreira Cardoso[4]
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

Resumo

O artigo resgata a ação comunicacional do Centro das Mulheres do Cabo - ONG com atuação no litoral sul de Pernambuco – que colocou no ar, em 1997, o Rádio Mulher, um programa radiofônico inicialmente veiculado numa emissora comercial, Rádio Cultura de Palmares (AM), mas que, em 2005, passou a ser transmitido pela rádio comunitária Calheta FM. A partir de uma revisão de literatura, da realização de um estudo de caso e de entrevistas em profundidade com produtoras dos programas, foi possível constatar que, ao ocupar a programação de uma emissora comunitária, o programa estimula a apropriação social do veículo pelas mulheres, mobiliza a sociedade com vistas à desconstrução do machismo e do patriarcado e representa um espaço de resistência ao *status quo*.

Palavras-chaves: Comunicação comunitária; Radio Mulher; Democratização da mídia; Rádio; Gênero.

Introdução

O artigo 223 da Constituição Federal de 1988 prevê a complementaridade entre os sistemas de comunicação no Brasil. Significa dizer que, segundo a Carta Magna, as programações e estruturas dos sistemas públicos, privados e estatais do setor deveriam atuar de modo a atender à sociedade. Ocorre que no país o sistema privado (que, por princípios, deveria servir ao interesse público, sobretudo na radiodifusão) é hegemônico. Para além do descumprimento da norma legal, a situação configura um quadro extremamente assimétrico, composto e controlado por ínfimos grupos que exercem seu poderio livremente, sem regulação por parte do Estado.

Um estudo dos pesquisadores Venício Lima e Cristiano Lopes[5], realizado junto a 2.205 emissoras comunitárias legalizadas, entre 1999 e 2004, revelou que perto de 50%

[1] Trabalho apresentado ao GT 8 – História da Mídia Alternativa, integrante do 5º Encontro Nordeste de História da Mídia.
[2] Professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e coordenadora do Observatório de Mídia da UFPE.
[3] Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE.
[4] Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE.
[5] Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/download/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf. Acesso em 26/09/2016, às 11h.

delas tinham vínculo político - o que os autores denominaram de coronelismo eletrônico de novo tipo - e 5,4% estavam sob o controle de grupos religiosos.

Sendo assim, quando traçamos o cenário da radiodifusão brasileira percebemos o quanto a formação de oligopólios de conteúdo, a primazia de poucas empresas na produção e transmissão de informações e a propriedade cruzada têm sido nefastas para esse campo social. Diante dessas constatações, a exigência de um novo marco regulatório deve responder às demandas colocadas em pauta pela sociedade e promover uma reorganização do conjunto dos serviços de comunicações.

As relações viciadas entre a política e a radiodifusão no Brasil emergem como um dos maiores obstáculos para que se incorpore, no país, a democratização dos meios de comunicação, uma vez que, com a ausência de uma ação mais robusta do Estado, perpetua-se um modelo de mídia cada vez mais concentrado, como enuncia a pesquisadora Eula Cabral: "Dada a concentração do setor, sua ampla expansão em dimensões territoriais, incluindo ramificações regionais e locais, os grupos midiáticos exercem uma influência determinante na elaboração de políticas em suas áreas de atuação" (CABRAL, 2015, p. 20).

Mas, qual a conexão de tal debate com o papel das rádios públicas? A Associação das Rádios Públicas no Brasil (Arpub), entidade sem fins lucrativos – com mais de 40 consorciadas - define como emissoras públicas as rádios

> mantidas com recursos de governo (federais, estaduais e municipais), identificadas como educativas, culturais e universitárias. São rádios de sinal aberto que atingem uma cidade, uma região metropolitana, ou um estado, algumas estão com seu sinal no satélite e trabalham com um corpo de colaboradores composto por jornalistas, radialistas e administrativos[6].

Também com base nessa conceituação, podemos compreender que, dentre os passos para a necessária reestruturação do sistema de comunicação, o investimento nas rádios públicas, dentre elas as comunitárias, poderá favorecer a criação de um oásis de diversidade cultural em meio ao deserto da produção de sentidos que a massificação de formatos provocou. Deserto que se amplia cada vez mais com a homogeneização da produção jornalística sob a lógica da mercantilização, do lucro máximo; e com a comercialização de informações elaboradas em alta velocidade, características preponderantes em boa parte das emissoras privadas.

[6] Disponível em: https://arpub.wordpress.com/. Acesso em 28/06/2014, às 18h.

De acordo com Pedrinho Guareschi e Osvaldo Biz (2005, p.17), não se tem uma sociedade democrática na qual as pessoas possam exercer seu pleno direito de cidadania enquanto não houver a possibilidade concreta de as pessoas expressarem sua opinião, manifestarem seu pensamento. Mas como ampliar o som das vozes em um país onde os veículos de comunicação estão nas mãos de uma pequena elite empresarial e política?

Percebemos que a perpetuação das relações de poder por meio da lógica cultural e econômica que move os grupos de mídia brasileiros desfavorece a apropriação dos meios pela população, destituída de estrutura para "competir" com o poderio das grandes corporações. O cenário exige cada vez mais resistência e mobilização das rádios comunitárias. Esses veículos - cujo serviço foi criado pela lei 9.612, de 1998 e regulamentada pelo decreto 2.615 do mesmo ano - devem ter alcance de até 1km, estar abertos para a participação de qualquer pessoa e não possuir vinculação política ou religiosa. Além disso, contam com poucos incentivos privados e ainda batalham para alcançar *status* de um meio de comunicação reconhecido e apoiado por políticas de Estado.

> A rádio comunitária é uma emissora de radiodifusão sonora de alcance local, que funciona em baixa potência (abaixo dos 250 w), em FM (freqüência modulada). Sua organização se dá por uma associação sem fins lucrativos, de programação plural, de gestão pública, de filiação aberta a toda a comunidade, independente de raça e etnia, credo, classe social, orientação sexual, opção política, idade. É administrada por uma identidade que poderá denominar-se "Rádio Clube", ou associação que conte em sua estrutura com Diretoria Executiva, Conselho de Entidades, Conselho Fiscal e Conselho de Programação e suas deliberações sejam tomadas em assembleias gerais de filiados (as). (CEMINA, 2000, p.44)

Significa dizer que tais emissoras podem ser o contraponto às lógicas competitivas e predatórias em busca de audiência, que movem as indústrias culturais. Isso porque elas - quando recebem os devidos recursos para manter uma equipe qualificada e dispõe de equipamentos tanto para a produção quanto para o envio dos sinais de transmissão - têm potencial para equacionar a velocidade do rádio, a instantaneidade, a conectividade, a mobilidade e a vocação local do veículo com o aprofundamento das coberturas e a pluralidade de olhares sobre o mesmo fato. Essas duas vertentes, aos poucos, diante da compressão entre o tempo e o espaço na produção industrial dos conglomerados e a força da convergência, por vezes, têm sido ignoradas. Sobre as rádios comunitárias, a pesquisadora Cicilia Peruzzo[7] colabora:

[7] Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/98/70. Acesso em 28/09/2017, às 15h.

> No Brasil, as rádios comunitárias em freqüência modulada (FM) nasceram no contexto dos movimentos populares e como rádios livres (transmissão pelo dial sujeita a enquadramento legal) ou têm suas origens na "radio" de alto-falantes, também chamada de Rádio Poste ou de Rádio Popular (transmitida através de caixas de som e bocas amplificadoras, e não sujeitas à legislação impeditiva para transmissão). Já as rádios comunitárias da modalidade alto-falante (*sic*) foram, de fato, as precursoras das rádios transmitidas em freqüência modulada. Elas tiveram e continuam tendo um papel importante enquanto meio popular de comunicação, dependendo da realidade em que se inserem, pela facilidade que representam em razão dos baixos custos de equipamentos e por estarem livres de perseguição dos órgãos fiscalizadores dos serviços de radiodifusão e, ao mesmo tempo, servirem aos propósitos de conscientização e mobilização social local (PERUZZO, 2009, sp).

E é sobre um programa transmitido por uma rádio comunitária que este artigo se propõe analisar. Trata-se do Rádio Mulher, programa com proposta feminista coordenado pelo Centro das Mulheres do Cabo (CMC) e transmitido pela Rádio Calhetas FM.

Os percursos metodológicos

O mergulho nas entrevistas em profundidade, realizadas com quatro produtoras do programa Rádio Mulher, a realização de um levantamento bibliográfico sobre imagem da mulher na mídia, rádios comunitárias e sobre a ação de movimentos feministas em comunicação, foram estratégias operativas quando das análises acerca da história e da trajetória deste programa, como uma ação de empoderamento feminino em Pernambuco. No entanto, o estudo também levou em consideração as conclusões de outros trabalhos acerca da influência da mídia no debate público, haja vista o poder dos meios de comunicação no agendamento do real e da vida em sociedade.

Estamos lidando, fundamentalmente, com um estudo de caso, que, de acordo com Gil (2009), tem como características essenciais ser um delineamento da pesquisa e não um método de coleta de dados; preservar o caráter unitário do fenômeno pesquisado; investigar um fenômeno contemporâneo; a partir de onde está inserido, o fenômeno ser considerado como fundamental; requerer a utilização de múltiplos procedimentos de coleta de dados; e ser um estudo em profundidade.

Para Robert Stake (2000), a investigação deve considerar: a natureza e o histórico do caso; o contexto (físico, econômico, político, estético etc.); outros casos pelos quais é reconhecido; os informantes pelos quais pode ser conhecido. Tais características têm forte relação com a natureza da observação empreendida nesse artigo, uma vez que observamos as características do Rádio Mulher, a participação das mulheres enquanto produtoras de

conteúdo, como os conteúdos feministas são veiculados e o contexto onde o meio de comunicação está inserido. A partir das entrevistas, ficaram evidentes outras faces da relação mulher e meios de comunicação e como as feministas estão atuando nesse campo político. "A entrevista individual em profundidade é uma técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada" (DUARTE, 2008, p.62).

Seguindo essa linha, as análises acerca das estruturas ideológicas que movimentam as indústrias da comunicação e as reflexões sobre importância da atuação feminina nesse *lócus* ressaltam a imprescindível realização de estudos que problematizem a relação das mulheres com os grupos de mídia em meio ao contexto econômico, simbólico e cultural, como alerta Michèle Mattelart.

> Há uma tendência em analisar o assunto mulher e mídia de maneira isolada e fragmentada, como se tanto a análise dessa relação como a resposta e a formulação de propostas destinadas a modificá-la pudessem se desenvolver sem levar em consideração a totalidade social, ou seja, todo o intrigante sistema social com características de relacionamento e dinâmicas próprias. A articulação com a totalidade social nos leva, antes de abordar o tema, a tentar definir, em termos muito gerais, o papel das indústrias culturais e dos aparelhos de comunicação e de cultura de massa e como se vinculam com a sociedade, além de recordar, muito brevemente, o lugar e o papel das mulheres nesta mesma sociedade[8] (MATTELART, 1982, p. 5).

O Fenômeno Rádio Mulher

O Rádio Mulher vem ampliando, pela Calheta FM, a divulgação da máxima feminista "o pessoal é político", politizando discussões que até o início dos anos de 1990 eram exclusivas do privado. Manter assuntos de interesse social entre quatro paredes era uma forma de negar sua existência, visto que a defesa da inviolabilidade do ambiente doméstico muitas vezes sustenta a subalternidade das mulheres e a manutenção delas em desvantagem. Ao trazer essas questões para o mundo público, por meio de uma rádio comunitária as mulheres estão desmistificando-as.

> Trata-se de um traço muito importante do programa: levar informações qualificadas sobre temas como saúde, direitos humanos, cidadania, divisão sexual do trabalho para o conhecimento do público. O Rádio Mulher dar voz para que as mulheres possam fazer sua própria comunicação e exercer sua fala pública. É um espaço de resistência às opressões às mulheres e de

[8] Tradução livre das autoras.

> democratização da própria comunicação. (Maria da Conceição Barbosa Aguiar, 2018)

Dentro desse contexto de desigualdade entre a comunicação controlada pelas empresas privadas e as mídias pública e comunitária, o Centro das Mulheres do Cabo[9] (CMC) entendeu, ainda em 1997, que o movimento feminista necessitava se apropriar do veículo rádio como mídia imediata para o estabelecimento de uma comunicação direta com as mulheres, com vistas à desconstrução do machismo e do patriarcado na Zona da Mata Sul de Pernambuco e no município Cabo de Santo Agostinho, cidade onde o CMC tem sede própria e conta com 200.546 habitantes – segundo pesquisa IBGE de 2015. A organização percebeu a necessidade de estabelecer uma relação democrática com a população de uma área geográfica onde, de acordo com dados do IBGE de 1995, quase 60% das mulheres eram analfabetas.

Com base nessas informações, os grupos de mulheres dos municípios de Água Preta, com Joaquim Nabuco, Catende, Palmares e o Centro das Mulheres do Cabo realizaram, entre 1995 e 1997, cinco oficinas, envolvendo 60 mulheres dessas cidades. Os encontros originaram um plano de comunicação com foco no rádio, cujo objetivo era estimular a troca de informações entre as militantes dos movimentos sociais e a divulgação dos seus direitos para sociedade local. O projeto foi apresentado à Fundação MacArthur - agência de cooperação internacional com sede em Chicago, nos EUA -, que aprovou a iniciativa. Dessa forma, o programa Rádio Mulher foi ao ar, pela primeira vez, em março de 1997, por meio de uma parceria com os Sindicatos de Trabalhadores (as) Rurais. A veiculação inicial ocorreu aos sábados, das 19h às 19h30, pela Rádio Cultura de Palmares (AM).

Entre 1997 e 1998, o programa era produzido por três jornalistas contratadas pelo Centro das Mulheres do Cabo e tinha a produção de novelas radiofônicas sobre temas relativos aos direitos reprodutivos e direitos sexuais, como maior atrativo para o público. Ao mesmo tempo, as jovens do movimento estavam sendo qualificadas para assumir a condução do processo. Elas participavam de oficinas de comunicação, divulgavam o programa nas comunidades e coletavam informações junto ao público para subsidiar a produção jornalística. Com o programa, as mulheres romperam com a dominação técnica e política que os homens tinham dos meios de comunicação na região.

[9] O Centro das Mulheres do Cabo (CMC) é uma organização feminista, fundada em 25 de março de 1984, com a Missão de Construir a Igualdade de Gênero e Raça e Afirmar os Direitos de Cidadania das Mulheres. Tem como objetivo a promoção e defesa dos direitos humanos das mulheres. Nesse sentido o Centro tem se pautado na luta por políticas públicas que garantam a inclusão social, econômica e política da população feminina.

A partir de 1999, o Rádio Mulher passou a ser veiculado ao vivo, ainda na Rádio Cultura de Palmares, sob o comando de comunicadoras locais. Foi quando a produção ganhou fôlego com a entrada de seis jovens qualificadas após um ano de oficinas de produção, no cotidiano do programa.

Tratava-se de uma tentativa de apropriação emancipatória do veículo, que consistia no resgate do rádio como aliado na divulgação do feminismo para as populações mais desinformadas, atingindo, principalmente, as mulheres que moravam em áreas rurais, regiões ribeirinhas e comunidades que só tinham esse veículo como meio de acesso à informação. Para a organização da sociedade civil Cemina, o formato do rádio facilita a inserção das mulheres, uma vez que junta oralidade com tecnologia e abre possibilidades de, dependendo do uso, democratizar a transmissão e facilitar a interação e a recepção, por meio da troca de informações por ondas eletromagnéticas, em diversas frequências.

> O rádio é um meio particularmente adequado para tal, na medida em que utiliza uma tecnologia de baixos custos de produção e distribuição. Como é um meio auditivo, não exclui os que não sabem ler nem escrever, sendo transmitido frequentemente nas línguas locais da comunidade. Por essas razões, o rádio tem penetrado no mundo, mesmo nas áreas mais remotas e continua a ser o veículo de maior audiência no Brasil (CEMINA, 2002, p.25).

Expor ideias e opiniões, exercendo sua liderança na sociedade, ainda é um grande desafio para as mulheres. No entanto, é cada vez maior a participação delas em espaços de comunicação popular. Isso exige, em contrapartida, maior habilidade para difundir o discurso. Notamos que as feministas estão procurando dar maior visibilidade às proposições políticas que lançam na sociedade. Isso nos leva a concluir que o movimento vem internalizando alguns aspectos convergentes com o pensamento de Nancy Frazer (2009):

> As esferas públicas não são só arenas para a formação da opinião discursiva, além disso, elas são arenas para a formação e o desempenho de identidades sociais [...]. Participar significa ser capaz de falar “em sua própria voz”, assim, simultaneamente, construindo e expressando a própria identidade cultural através do idioma e do estilo (FRAZER *apud* MORERAS, 2000, p.89).

É nesse campo de batalha mediado por conflitos e disputas entre projetos de sociedade que as mulheres surgem, muitas vezes, como objetos de consumo nas músicas, na propaganda e nos conteúdos midiáticos, o que é repudiado pela Plataforma Política Feminista, de 2002:

> Democratizar os meios de comunicação, combater sua oligopolização e promover a implantação de políticas públicas de comunicação de caráter regulador e fiscalizador, que garantam o acesso efetivo de diferentes segmentos da população à informação, contemplando os vários olhares sobre o mesmo fato e garantindo a liberdade de expressão das mulheres, que vêm tendo sua imagem constantemente desrespeitada pela mídia (PLATAFORMA POLÍTICA FEMINISTA, 2002, art. 236).

Gênero e direitos humanos nas ondas comunitárias

Desde janeiro de 2007, o programa Rádio Mulher tem sido levado ao ar das 8h às 9h, pelo 98,5 MHz da rádio Calheta FM, veículo comunitário em funcionamento há 18 anos, no Cabo de Santo Agostinho. A estratégia demonstra que o movimento feminista pernambucano não estava satisfeito, apenas, com a conquista de espaço na mídia comercial e resolveu investir na participação feminina nas rádios comunitárias. No caso do Centro das Mulheres, a opção teve como objetivo levar as causas da organização para mais perto da sociedade do Cabo e para atuar junto ao fortalecimento dos movimentos sociais que direcionam seu ativismo para a comunicação comunitária, de modo que tal ação tem sintonia com o pensamento de Cicilia Peruzzo[10]:

> Espera-se, portanto, que uma rádio comunitária seja canal para o exercício da liberdade de expressão da população local, favoreça a participação ativa dos moradores da localidade na emissora, desenvolva um trabalho de informação, educação informal e não-formal, desenvolvimento da cultura e mobilização social na direção da auto-emancipação cidadã. Caso contrário, tende a reproduzir estilos de programação e tendências das rádios comerciais, tanto pela ênfase em conteúdo musical condicionado pela indústria cultural, como no alinhamento político a ocupantes de cargos nas instâncias legislativas e do poder executivo municipal em contrapartida a apoios financeiros. (PERUZZO, 2009, sp)

Nesse sentido, a condução do Rádio Mulher passou a dar nítidos sinais de estímulo ao envolvimento direto das ouvintes em sua produção, uma vez que a audiência era convocada ao exercício do controle social das políticas públicas. São assuntos recorrentes na sua linha editorial a participação política feminina, cidadania, direitos reprodutivos e direitos sexuais e o enfrentamento da violência doméstica e sexual. Dessa forma, reflete as tramas sociais que permeiam o acesso das mulheres ao poder, difunde suas conquistas e as principais reivindicações pelas ondas sonoras. É de dentro dessa caixa de ressonância das lutas femininas e de mediação social que falam as líderes de um movimento que vem

[10] Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/98/70. Acesso em 28/09/2017, às 15h.

incentivando as mulheres a ocupar seu lugar no mundo público. Trata-se, ainda, de uma maneira de romper com o estigma de que o ambiente doméstico deve ser o único espaço de expressão delas, como colabora MOHAMMADI (1996):

> Los medios de comunicación contribuyen a definir la importancia de los temas sociales y políticos cruciales del momento, a poder de relieve los problemas sociales y políticos, a centrar la atención en las expresiones y perspectivas femeninas. Los medios de comunicación pueden promover los debates sobre el desarrollo y los derechos humanos incluyendo (o no) los derechos de las mujeres y la posición de las mujeres en la sociedad (MOHAMMADI, apud PORTUGAL y TORRES, 1996, p.21).

O método usado na produção do programa compreende a assimilação dos conteúdos e a discussão da linguagem educativa que deve ser usada para mobilizar o público e convidá-lo a interagir com os princípios do feminismo. Com base nessas informações, entendemos que tais ações estabelecem conexões com o pensamento de MARTÍN-BARBERO (1997), ao resgatar a importância do veículo:

> O rádio fala basicamente seu idioma – a oralidade não é mera ressaca do analfabetismo, nem o sentimento é subproduto da vida para os pobres – e pode assim servir de ponte entre a racionalidade expressivo-simbólica e informativo-instrumental, pode ser e é algo além de mero espaço de sublimação: aquele meio que, para as classes populares, "está preenchendo o vazio deixado pelos aparelhos tradicionais na construção de sentido" (MARTÍN-BARBERO, 1997, p.315).

Essas iniciativas também dialogam com a construção de uma audiência ativa, definida por John D.H. Downing e interpretada por Arlindo Machado (2002):

> O autor substitui conceitos antigos de público, espectador e leitor por uma ideia muito mais estimulante de audiência ativa, partindo do pressuposto de que as formas alternativas de mídia dão expressão às tendências mais avançadas de cultura popular, pressupondo, portanto, um público que elabora, ele próprio, os seus produtos, em lugar de apenas absorver passivamente as mensagens disseminadas pela grande mídia. A audiência ativa não é mais, como na mídia hegemônica, uma massa amorfa e indiferenciada de pessoas cuja única coisa em comum é o fato de estar sintonizadas em um mesmo canal, mas uma massa qualitativa de pessoas que mantêm uma relação dinâmica com determinados movimentos sociais, constituindo, portanto, uma esfera pública alternativa (MACHADO *apud* DOWNING, 2002, p. 14/15)

Nota-se, ainda, que as rádios comunitárias podem ir além do factual e do local para aproximar seu trabalho dos desejos e atender às propostas dos/as ouvintes. Portanto, na era da sociedade do conhecimento e das multifacetadas formas de comunicação impulsionadas pela internet e anunciadas com a digitalização do rádio, a dimensão do diálogo, da

comunhão de saberes e de experiências culturais e educativas do veículo não podem ser esquecidas. Elas predominam e são reeditadas em documentários, radionovelas, musicais e produções que estão sendo realizadas Brasil afora. Um país de dimensões continentais que, muitas vezes, tem a sua multiculturalidade valorizada e reconhecida como patrimônio pelo acesso da sociedade ao eco das ondas comunitárias, como previa Alfaro:

> A vigência de um novo uso do rádio, sustentada nas características conflitivas das relações sociais em nosso país, que levaram os grupos sociais ou culturais a ganharem um espaço próprio de existência pública, transformando os usos, gêneros e linguagens radiofônicos conforme seus próprios objetivos e matrizes culturais (ALFARO, 1985, p.57).

As pautas do Rádio Mulher são discutidas em reuniões da equipe de produção, composta por quatro produtoras de diversas formações: duas educadoras populares, uma advogada e comunicadora e uma pedagoga. Além disso, as organizações locais de mulheres que estão atuando consorciadas com o Centro das Mulheres e suas sócias estão espalhadas por todo município do Cabo de Santo Agostinho. Elas oferecem contribuições durante os encontros pedagógicos, oficinas, seminários e reuniões realizadas pela entidade.

Constatamos que o Rádio Mulher reconhece as possibilidades de emancipação política e social do seu público também com acesso às mídias comunitárias, ao estimular o senso crítico, principalmente das mulheres, acerca da sua própria realidade de opressão e discriminação, além da constante exploração da sua imagem pelos meios de comunicação. Com essa perspectiva, ultrapassa a meta de cumprir a função social de um programa ancorado em uma emissora comunitária. O ineditismo da iniciativa também repousa na prática constante dos princípios feministas em todas as etapas da sua elaboração: horizontalidade; participação; transparência; ética; liberdade; autonomia e autodeterminação, como podemos observar nos depoimentos de Cicera Maria e Sandra Oliveira da Silva, produtoras do programa.

> Quando eu fui convidada para fazer o programa Rádio Mulher, eu senti muito medo, as pernas tremiam. Até então, eu só sabia obedecer ao marido. A minha vida era sem conhecimento, isolada. Descobri isso nesse projeto. Como eu morava na zona rural, as pessoas me chamavam de bicho do mato, porque quando eu via uma pessoa estranha eu me escondia. A partir do programa, a minha vida mudou. Mesmo sem saber direito eu colocava a vida das mulheres da zona rural, porque eu sabia que o rádio ia levar aquela informação e muitas pessoas iam ouvir. (Cícera Souza, 2018)

> O Rádio Mulher veio para mim como um desafio, e com uma transformação integral, hoje posso dizer que existiu uma Sandra antes e uma Sandra depois do programa. Fortalecimento, empoderamento uma ligação muito forte com

> as comunidades. Uma identificação com a comunicação, um desejo de transformação muito grande e de luta pelas politicas publicas para as comunidades em especial para o publico das mulheres. Um quadro de maior identificação do Rádio Mulher é o quadro mulher de fibra onde homenageamos as mulheres das comunidades contando sua trajetória de vida. (Sandra Oliveira da Silva, 2018)

A partir daí, as produtoras passam a marcar as entrevistas e elaboram os roteiros que são levados ao ar. A montagem dos programas leva em consideração, ainda, a coleta de notícias geradas pelo movimento feminista. As produtoras recorrem aos sites e aos informativos locais e nacionais, acessando, diariamente, reportagens veiculadas em jornais e revistas, notas publicadas em colunas e editoriais e materiais informativos produzidos por agências independentes de notícias e organizações feministas que atuam no campo da comunicação. Há ainda a produção de notícias com base nas pautas e sugestões de entrevistas enviadas pelos grupos de mulheres e movimentos sociais ao e-mail do programa, via redes sociais e aplicativos de celular. Além disso, a agenda do Fórum de Mulheres de Pernambuco - coletivo que reúne mais de 100 grupos de mulheres de todo o Estado, dos sindicatos de trabalhadores/as rurais e demais atores sociais do Cabo e Zona da Mata Sul - é constantemente divulgada, também colaborando com a organização das mulheres, como observa a produtora Aparecida Santos:

> O Rádio Mulher se apresenta inserido numa estratégia de educação do movimento feminista, de recriação da identidade social da mulher e de resgate de nossa história, contribuindo para resignificar nossos saberes, e no controle social das políticas públicas. A contribuição do Rádio Mulher também possibilitar o direito a comunicação para as mulheres e a necessidade de se fazerem ouvir, apostando em um discurso combativo que assumi, em alguns momentos, o duplo papel de denunciar e de mobilizar as mulheres na defesa dos seus direitos e na conquista da cidadania, contribui também na informação, formação política e no empoderamento. (Aparecida Santos, 2018)

Ao longo da sua trajetória, o Rádio Mulher adquiriu o formato de uma revista eletrônica, com músicas, debates, entrevistas gravadas e ao vivo, resumo das principais notícias e fatos ocorridos no Estado e no Brasil. A parceria com a Rede Mulher e Mídia[11] e com as Mulheres da Amarc[12] propicia a troca de reportagens gravadas sobre as campanhas e ações políticas do movimento feminista de todo o país e a produção elabora spots com

[11] Articulação nacional que reúne ativistas, profissionais e pesquisadoras do campo da comunicação e do feminismo brasileiro.
[12] De acordo com informações contidas no seu site, a AMARC – Associação Mundial de Rádios Comunitárias, fundada em 1983, no Canadá, é uma organização não governamental internacional, de caráter laico e sem fins de lucro. Agrupa mais de 4.000 rádios comunitárias, Federações e aliados das rádios comunitárias em mais de 115 países. Disponível em: http://amarcbrasil.org/. Acesso em 22/01/2017, às 19h.

conteúdos voltados à mobilização das mulheres em defesa de uma agenda afirmativa para garantia dos seus direitos. Tudo isso desagua nas redes sociais e site da organização (http://www.mulheresdocabo.org.br/), na página no *Facebook* e canal no *Youtube*. O programa também é transmitido via *streaming*, de segunda a sexta, das 8 às 9h, pela página da Rádio Calheta FM no *Facebook*.

A partir de 2015, o Centro das Mulheres do Cabo aderiu, por meio da realização de um projeto de extensão, a uma iniciativa que poderá colaborar com a troca de conteúdos e produções entre a organização e o Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A entidade dialoga, atualmente, com o Observatório de Mídia da UFPE (Gênero, Democracia e Direitos Humanos), projeto de pesquisa e extensão que atua tanto na produção de conteúdos que valorizam os direitos humanos, quanto em processos de formação política com foco em gênero e raça e na formação de leitores/as críticos das diversas mídias.

A interface das ações de comunicação do CMC com o Observatório levou a organização a participar, desde fevereiro de 2017, do projeto Fora da Curva, realizado pelo Departamento de Comunicação Social da UFPE, com apoio do Departamento de Sociologia e NRTUV, em parceria com Marco Zero Conteúdo, Centro de Cultura Luiz Freire, Coletivo Terral de Comunicação, Centro Sabiá e o Gajop. O programa é veiculado ao vivo, de segunda a sexta-feira, das 11h30 às 12h, em regime de temporada, na Rádio Universitária FM, 99.9 MHz, com retransmissão pela Universitária AM 820 KHz e *streaming* pelo *Facebook*. O Fora da Curva também pode ser acessado pelo https://soundcloud.com/foradacurva.

Conclusões

Quando aliadas às inovações oriundas das universidades, institutos de pesquisa, grupos comunitários, ONGs, associações populares, sindicatos e outros sujeitos coletivos, iniciativas que têm como foco a ocupação das rádios comunitárias pela sociedade contribuem para essa última com criatividade, inventividade e experimentação. Elementos que, no tocante ao exercício da sua função social, que é efetivamente dar voz e visibilidade às questões locais, sem esquecer que elas estão relacionadas com o cenário regional e nacional, se fazem enriquecedores.

Pelo seu caráter público e sua desvinculação com o lucro, as emissoras comunitárias podem, inclusive, sair na vanguarda ao dar visibilidade às informações ocultadas pelas

demais empresas e integrar ouvintes de várias regiões via transmissão na *internet*, disponibilizando conteúdos na *web* e redes sociais como o *Facebook* e o *Youtube*. Sem contar que devem observar a localidade da produção como horizonte, e não como um limite. Poderíamos pensar na convergência cultural de conteúdos e no estabelecimento de conexões radiofônicas entre comunidades musicais, de pesquisa, de literatura, das artes e de cinema. Esse ecletismo na programação fatalmente poderá conquistar audiência de uma grande parcela da população que não têm seus anseios, projetos e reivindicações espelhados nos "produtos" empacotados e distribuídos pelas corporações de mídia.

Dessa maneira, iniciativas em curso, como a do Rádio Mulher, configuram um salto rumo ao fortalecimento de um nicho que se pode traduzir num maior ecletismo, tanto das fontes de informação quanto no que se refere à circulação de conteúdos produzidos pelos movimentos sociais que não conseguem ter suas pautas expostas nas coberturas da imprensa privada. São espaços para a experimentação de técnicas de produção e o uso social de tecnologias que confluem com a elaboração de produtos de áudio, em diversas linguagens e formatos, para plataformas, redes e outras correntes de navegações. Mas, sobretudo, para a construção de uma convergência pautada pela solidariedade e compartilhamento de produções pela sociedade brasileira.

Percebemos, então, que as mulheres organizadas não são coadjuvantes nesse processo. Vêm assumindo uma posição hegemônica na comunicação, quer no acesso e manuseio da tecnologia da produção, quer na interatividade do programa com seu público, quer nas reuniões de pauta. Elas ditam os assuntos e as abordagens que serão utilizadas. Elas, definitivamente, estão no ar, com sua pluralidade sexual e política. E é nesse aspecto que o programa apresenta-se como mais radical. Como podemos pensar em mudanças nas relações de gênero sem o acesso dos diversos públicos à comunicação?

Ao assumirem o papel de sujeitos da comunicação, as mulheres organizadas com acesso ao Rádio Mulher descobrem, ainda, no cotidiano, as possibilidades que a tecnologia oferece para a democratização de informações via rádio. A assimilação da técnica está voltada para a radicalização da causa feminista por meio do veículo e de como essa mídia pode ser importante para a aglutinação de movimentos sociais e para a ressonância de ideias e projetos políticos. Por meio de suas ações e parcerias, o Centro das Mulheres do Cabo vem compreendendo que a construção da autonomia das mulheres também passa pelo exercício do direito à comunicação, pela possibilidade concreta de dizer a sua palavra.

Passa, ainda, pelo descortinamento das técnicas que envolvem as práticas de comunicação hegemônicas e pelo reconhecimento da importância da participação da sociedade nas emissoras comunitárias.

Para além de favorecer o acesso da população a um meio de comunicação com potencial democrático, a organização percebe que a existência dessas mídias vem se tornando uma expressão da resistência de movimentos sociais que lutam pela democratização da mídia no país. E o exemplo das rádios comunitárias não poderia ser mais simbólico. Além de perseguidas pelo Estado, muitas são alvo de sucessivas campanhas massivas das empresas de comunicação, que tentam deslegitimá-las e marginalizá-las, na tentativa de induzir a população a se posicionar contra a sua regulamentação.

O programa, ao ampliar o eco da voz feminina, inclusive das jovens, aproxima ainda mais suas ouvintes do rádio de um jeito nunca antes experimentado, tirando, principalmente, as residentes das comunidades do isolamento. É a força da informação compreendida como pleno direito e não como mercadoria pelas mulheres do Cabo de Santo Agostinho. E podemos dizer que as militantes hoje ocupam *status* diferenciado nos processos de emissão e recepção das notícias, que estão repercutindo em mudanças significativas na vida delas e na da população.

Referências

ALFARO, R. M. **Modelos radiales y processo de popularização de la radio.** Lima: Contratexto, n.º 1, 1985.

AGUIAR, Maria da Conceição Barbosa de. Entrevista às autoras. Recife, março de 2018.

CABRAL, Eula. **Mídia no Brasil: concentração das comunicações e telecomunicações**. Revista Eptic. Vol. 17, n. 3, p. 16-28, set-dez, 2015.

CEMINA. Irradiando juventude nas ondas comunitárias. Rio de Janeiro: Cemina, 2002.

_____. **Fazendo gênero no rádio.** Rio de Janeiro: Cemina, 2000.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Governo Federal. Brasília: 1988.

DOWNING, John. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais.** Tradução de Arlindo Machado. São Paulo: Editora Senac, 2002.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. En Duarte, Jorge; Barros, Antonio (Orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação.** (2ª ed.) (pp. 62- 83). São Paulo: Atlas, 2008.

FRASER, Nancy. Globalidade Negativa e Regionalismo Crítico. In: MORERAS, Alberto. **A exaustão da Diferença: A política dos Estudos Culturais latino-americanos.** Belo Horizonte: editora da UFMG, 2001.

GUARESCHI, Pedrinho; BIZ, Osvaldo. **Mídia e democracia.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

MACHADO, Arlindo in John D.H. Downing. **Mídia Radical. Rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais.** Senac, São Paulo, 2002: 14-15.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

_____. Globalização comunicacional e transformação. *In:* MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 57-86.

MOHAMMADI, Annavelle. Comunicacion y desarrollo: un vínculo necessario. *In*: PORTUGAL, Ana Maria; TORRES, Carmen. **Por todos los medios: comunicación e género.** Ediciones de Las Mujeres, Santiago, Chile: Isis Internacional, n.º 23, 1996. p. 17-35.

PERUZZO, Cicilia. **Rádios Livres e Comunitárias, Legislação e Educomunicação.** *Revista Eptic*. Vol. 11, n. 3, set-dez, 2009. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/98> Acesso em 22 fev 2017.

PLATAFORMA POLÍTICA FEMINISTA. Brasília: CFÊMEA, 2002.

SANTOS, Aparecida. Entrevista às autoras. Recife, março de 2018.

SILVA, Sandra Oliveira da. Entrevista às autoras. Recife, maio de 2018.

SOUZA, Cícera. Entrevista às autoras. Recife, maio de 2008.

UNESCO. **Un solo mundo, voces múltiples: comunicación e información en nuestro tiempo.** 2 ed. Barcelona, Espanha: 1988.

VELOSO, Ana Maria da Conceição. **O Fenômeno Rádio Mulher: Comunicação e Gênero nas Ondas do Rádio.** Dissertação de Mestrado em Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2005. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/3474/arquivo4726_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 20 jan 2017.